

Neoliberalismo e luta social na América Latina no tempo presente: a Bolívia entre 2000 e 2005

Neoliberalism and social struggle in Latin America in the Present Time: Bolivia between 2000 and 2005

Neoliberalismo y lucha social en América Latina en el Tiempo Presente: Bolivia entre 2000 y 2005

Rafael Pinheiro de Araújo*

<https://orcid.org/0000-0001-7551-6448>

RESUMO: Em 10 de novembro de 2019, Evo Morales foi levado a renunciar ao seu mandato presidencial pelo então comandante das Forças Armadas, general Williams Kaliman. A instabilidade política após a eleição presidencial em 20 de outubro contribuiu para esse desfecho. Esses acontecimentos fomentaram inúmeros debates nos meios universitário e jornalístico sobre as razões que possibilitaram o governo do primeiro presidente indígena da história boliviana. Da mesma forma, análises foram feitas com o intuito de avaliar a sua gestão presidencial. Almejamos contribuir com tais debates neste artigo. Assim, refletiremos sobre as razões que levaram Evo Morales à presidência boliviana. Exploraremos os impactos do neoliberalismo na Bolívia e América Latina e faremos uma breve teorização sobre essa doutrina em sua primeira parte. Em um segundo momento, observaremos a história boliviana entre 2000 e 2005 e examinaremos as causas para a chegada de Morales à presidência.

Palavras-chave: Bolívia. Neoliberalismo. Rebeliões.

ABSTRACT: On November 10th, 2019, Evo Morales was prompted to resign his presidential term by the commander of the Armed Forces, General Williams Kaliman. The political instability after the presidential election, on October 20, contributed to this outcome. These events fostered

* Professor Adjunto de História da América da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC)/UFRJ (2013). Participa como historiador convidado do projeto "1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War" organizado pela Freie Universität e pelo Friedrich-Meinecke-Institut. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) da UFRJ. Membro do Grupo de Trabalho (GT) de Ensino de História e Fontes da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC). Pesquisador associado ao Laboratório de Estudos da Imigração (LABIMI)/UERJ e ao Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: rafa.ara@gmail.com.

countless debates in the university and journalistic circles about the reasons that made possible the government of the first indigenous president in Bolivian history. Likewise, analysis were carried out in order to assess his presidential administration. In this article we aim to contribute to such debates. Thus, we will reflect on the reasons that led Evo Morales to the Bolivian presidency. We will explore the impacts of neoliberalism in Bolivia and Latin America, also make a brief theorization regarding this doctrine in its first part. In a second moment, we will look at Bolivian history between 2000 and 2005 and evaluate the causes for the arrival of Morales to the presidency.

Keywords: Bolivia. Neoliberalism. Insurgency.

RESUMEN: El 10 de noviembre de 2019, Evo Morales fue llevado a renunciar a su mandato presidencial por el entonces comandante de las Fuerzas Armadas, general Williams Kaliman. La inestabilidad política tras las elecciones presidenciales del 20 de octubre contribuyó a este resultado. Estos hechos propiciaron innumerables debates en el ámbito universitario y periodístico sobre las razones que llevarán al gobierno del primer presidente indígena de la historia de Bolivia. Fueran realizadas análisis que valoraran su gestión presidencial. Nuestro objetivo es contribuir a tales debates en este artículo. Así, reflexionaremos sobre los motivos que llevaron a Evo Morales a la presidencia boliviana. Exploraremos los impactos del neoliberalismo en Bolivia y América Latina y haremos una breve teorización sobre esta doctrina en su primera parte. En segunda parte, analizaremos la historia de Bolivia entre 2000 y 2005 y examinaremos las causas de la llegada de Morales a la presidencia.

Palabras-clave: Bolívia. Neoliberalismo. Insurgencia.

Como citar este artigo:

Araújo, Rafael Pinheiro de. "Neoliberalismo e luta social na América Latina no tempo presente: a Bolívia entre 2000 e 2005". *Locus: Revista de História*, 27, n.2 (2021): 385-408.

Introdução

O último trimestre de 2019 foi marcado por um conjunto de rebeliões populares na América Latina. Ondas de indignação e rebeldia sacudiram as estruturas políticas de nações como Colômbia, Equador, Haiti e, especialmente, Chile¹. O inócuo crescimento econômico nos últimos seis anos contribuiu para o desencadeamento dessas insurreições, segundo nossa avaliação

¹ Para um aprofundamento da análise sobre as rebeliões latino-americanas no último trimestre de 2019, consultar Wasserman (2020)

preliminar. Segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), entre 2014 e 2019, a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) regional girou em torno dos 0,3%².

Esse cenário contribuiu para o aumento do desemprego e para a precarização do mercado de trabalho, cuja informalidade abarca em torno de 54% (aproximadamente 140 milhões) da sua População Economicamente Ativa (PEA) no início de 2020³. A frágil expansão das economias locais colaborou para o aumento dos índices de pobreza e de desemprego, conforme pode ser visto na tabela abaixo. Cerca de 191 milhões de pessoas, 30,8% dos latino-americanos, encontravam-se em situação de miséria em 2019, segundo estimativa cepalina. Em 2014, o número girava em torno de 164 milhões de habitantes⁴.

Ano	Desemprego	Pobreza	Crescimento do PIB
2014	6,1	27,8	1,2
2015	6,6	29,1	-0,2
2016	7,9	30,0	-1,0
2017	8,1	30,1	1,2
2018	8,1	30,1	1,0
2019	8,0	30,8	0,1

Fig.1: Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe (2019) e Panorama Social de América Latina (2019). *Percentuais de desemprego, pobreza e crescimento do PIB da América Latina entre 2014 e 2019.*⁵

O aumento das desigualdades sociais contribuiu para a ampliação do descrédito em relação à democracia e suas instituições, como foi demonstrado pela Organização Latinobarômetro em seu último relatório, em 2018⁶. Nesse estudo, a entidade asseverou que naquele ano tivemos a pior avaliação das democracias latino-americanas na série histórica iniciada em 1995. Cerca de 71% dos entrevistados repudiaram os sistemas políticos da região.

De maneira análoga ao ocorrido no fim da década de 1990, quando as esquerdas ganharam protagonismo político na América Latina, a recente desconfiança em relação às democracias possibilitou a ocorrência de rebeliões populares, aos quais adicionaram-se os golpes de Estado e a ascensão do autoritarismo. A corrupção do sistema político; a incapacidade de atendimento do “horizonte de expectativas dos cidadãos”, como emprego e habitação; e a oferta de péssimos serviços públicos nas áreas de saúde, educação, transportes e infraestrutura tornaram-se

² Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. *Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe*. 2019. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/45000-balancepreliminar-economias-america-latina-caribe-2019>>. Acesso: 10 mar. 2020.

³ Figueiredo, Janaina. *Informais vivem drama na América Latina*. O Globo, 09/04/2020. p. 11.

⁴ Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. *Panorama Social de América Latina 2019*. Santiago: CEPAL, 2020a.

⁵ Os percentuais de índice de pobreza referem-se ao total da população boliviana e de desemprego tem correlação com o total da População Economicamente Ativa (PEA).

⁶ *Informe Latino Barometro*, 2018. P. 35.

exponencialmente explosivos em razão dos já assinalados baixos índices de crescimento econômico e suas imponderáveis sequelas sociais.

A junção de tais elementos compôs um mosaico que estimulou as mobilizações populares do fim de 2019 e, diante dos imprevisíveis os efeitos da pandemia causada pelo vírus Sars-Cov-2, retrações do PIB, elevação da pobreza, do desemprego e da informalidade no mercado de trabalho deverão ocorrer nos países da região. Em relatórios preliminares sobre esses temas, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a CEPAL já projetaram perspectivas sombrias. O número de desempregados formais pode alcançar a cifra de 38 milhões de indivíduos e cerca de 20 milhões de cidadãos serão inseridos na condição de pobreza, segundo estimativas das duas entidades⁷.

No caso da Bolívia, as tensões políticas do fim de 2019 atingiram de uma maneira diferenciada em relação aos vizinhos supracitados. A forte instabilidade política entre o primeiro turno da eleição presidencial de 20 de outubro e o dia 10 de novembro, ocasião da renúncia forçada de Evo Morales, foi surpreendente. Até aqueles tortuosos dias, havia uma tendência de nova vitória eleitoral do primeiro mandatário indígena da história boliviana.

Colaboravam para essa expectativa fatores como: a estabilidade política; o reconhecimento da importância da cultura e dos valores indígenas para o Estado boliviano; o crescimento econômico de 5%, em média, na última década; e o vitorioso combate à pobreza, que diminuiu de 60% para 33,2%⁸ entre 2006 e 2019. Esses elementos, até o dia da eleição de 2019, auxiliaram para que o país atravessasse incólume o período de rebeliões populares daquele ano.

Não será objeto desse artigo avaliar a gestão de Evo Morales e as razões para a sua forçada renúncia. Deixaremos essa abordagem para outra ocasião. Todavia, em razão dos recentes acontecimentos da história boliviana, avaliamos a pertinência da abordagem desses temas em nossas notas introdutórias.

A autointitulada *revolução democrática e cultural* possuía respaldo popular. As investigações sobre os acontecimentos sucedidos na nação andino-amazônica entre 2000 e 2019 demonstram a veracidade dessa caracterização. Existiram modificações substantivas na estrutura social, nas instituições políticas e na elite dirigente boliviana. Além disso, o reconhecimento da plurinacionalidade pela Carta Magna de 2009 marcou a história desse processo, pois incorporaram-

⁷ *Observatorio de la OIT: El Covid-19 y el mundo del trabajo. Tercera Edición.* Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/briefingnote/wcms_743154.pdf Acesso 07 de maio de 2020 e Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. *América Latina y el Caribe ante la pandemia del Covid.* Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45337-america-latina-caribe-la-pandemia-covid-19-efectos-economicos-sociales> Acesso: 09 de abril de 2020.

⁸ Cepal (2019) e *O que está por trás do sucesso econômico da Bolívia na era Evo Morales?* Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50088340> acesso: 12 de novembro de 2019.

se reivindicações históricas dos indígenas. Embora a dependência econômica, decorrente da exportação de matérias-primas, tenha se mantido, e a estrutura de classes não tenha se alterado, coadunamos com a definição feita pela gestão Morales e organizações sociopolíticas que o apoiaram.

Nas páginas que se seguem, refletiremos acerca das razões para a eleição de Evo Morales, em dezembro de 2005. Construímos nossa abordagem a partir de dois eixos. Debateremos a aplicação das práticas políticas e econômicas neoliberais na América Latina com o intuito de compreender os seus efeitos socioeconômicos para a região, especialmente, para os bolivianos. Na segunda parte, refletiremos sobre a história do nosso vizinho entre 2000 e 2005. Almejaremos, com isso, apresentar algumas motivações para a *revolução democrática e cultural* ocorrida entre 2006 e 2019 naquele país.

O neoliberalismo e a América Latina: um breve debate teórico e apontamentos históricos

Virtudes do livre comércio e do livre mercado; conquista do sucesso com as atividades empreendedoras; ganhos financeiros consideráveis na bolsa de valores e no mercado de trabalho; aquisição de esplêndida condição material de vida, possibilitando o acesso aos bens de consumo propagandeados pela mídia e que são bombardeados ao acessarmos à internet pelos *smartphones* e *tablets*; e obtenção de *status* social. Algumas dessas imagens, construídas em nosso cotidiano, simbolizam um mundo radicalmente transformado nas últimas quatro décadas em razão da revolução tecnológica, da globalização⁹ e do neoliberalismo.

O encantamento produzido pelas promessas de consecuições materiais com o trabalho e pelo acesso a bens de consumo nas sociedades da informação e do conhecimento mascara um outro lado nada sedutor. Individualização do fracasso, distanciamento da vida em comunidade, austeridade fiscal, concentração de renda, elevação da pobreza e fome. Tais elementos caracterizam

⁹ O debate teórico sobre a globalização não é objeto desse artigo. Contudo, ressaltamos a difícil precisão conceitual do termo, que foi amplamente difundido pelos ideólogos liberais a partir da década de 1970. Como afirmou Bauman (1999), a expressão tornou-se a recorrente nos meios de comunicação e foi alastrada na academia e nas sociedades contemporâneas. Uma explicação perspicaz sobre os aspectos econômicos desse processo foi feita pelo sociólogo Manuel Castells, a quem recorremos. Segundo ele: “(...) surgiu uma economia global nos últimos anos do século XX. Resultou da reestruturação das empresas e dos mercados financeiros em consequência da crise da década de 1970. Expandiu-se utilizando novas tecnologias da informação e da comunicação. Tornou-se possível e, em grande parte, foi induzida por políticas governamentais deliberadas. A economia global não foi criada pelos mercados, mas pela interação entre mercados e governos e instituições financeiras agindo em nome dos mercados – ou de sua ideia do que devem ser os mercados” (Castells 2007, 176). Os críticos do fenômeno observaram, entre outros aspectos, que a globalização contribuiu para a acentuação das desigualdades socioeconômicas mundiais; para o surgimento de movimentos locais, alguns deles fundamentalistas e de extrema-direita, que reivindicaram a valorização cultural, religiosa e identitária em contraposição à padronização e uniformização possibilitadas pela globalização; e o esfacelamento da soberania no Estado-Nação (Bauman 1999, 2008; Wallerstein 2003; Hobsbawm 2007).

o mundo real, em nada arrebatador, que se distancia dos cânones divulgados pelos apologistas do neoliberalismo.

Tais contradições, extremamente visíveis na América Latina, fazem com que creiamos na pertinência da elaboração de uma definição do neoliberalismo antes de examinarmos a história boliviana entre 2000 e 2005, pois acreditamos na existência de uma direta relação entre o repúdio a essa doutrina econômica e os acontecimentos históricos das últimas duas décadas em nosso vizinho.

Entre 1976 e 1980 ocorreu uma significativa ruptura na história econômica mundial. Na China, Deng Xiaoping inaugurou a transformação econômica daquele país por meio da política das quatro modernizações (indústria, agricultura, ciência e tecnologia e forças armadas) e da liberalização econômica. No Ocidente, respondendo ao choque econômico da década de 1970, fustigados pelas duas crises do petróleo (1973 e 1979), Margaret Thatcher e Ronald Reagan, respectivamente primeira-ministra britânica e presidente dos Estados Unidos, guinaram as políticas econômicas dos seus governos para a direção impulsionada pelos chineses.

A crise de sobreacumulação do capital daquela década desencadeou alterações contundentes na administração econômica e na formulação teórica sobre os rumos do capitalismo contemporâneo. A doutrina neoliberal, dessa forma, expressou o retorno a formas primitivas ou originais de acumulação de capital por meio da espoliação. Esta define-se pela apropriação de recursos naturais e da força de trabalho pelos detentores do capital, que utilizaram as privatizações como um meio para potencializá-la (Harvey 2004, 120-124).

Wallerstein possui uma avaliação análoga à de Harvey sobre o caráter lesivo das práticas liberais. Segundo ele: “(...) Margaret Thatcher lançou as pedras do que se convencionou chamar ‘neoliberalismo’, que compreendia, antes, um conservadorismo tão agressivo como não se via desde 1848, e uma tentativa de inversão da redistribuição social, redirecionada das classes inferiores para as classes superiores” (Wallerstein 2003, 81).

O neoliberalismo é uma doutrina política e econômica que defende a conquista do bem-estar humano por meio da liberação das atividades empreendedoras individuais em um ambiente institucional marcado pela garantia dos direitos de propriedade privada, do livre mercado e do livre comércio. Ao contrário do imaginado, a ação estatal tem, aqui, um papel importante. Suas instituições devem garantir tais práticas mediante o pleno exercício das suas funções militares, policiais e legais, assegurando a inviolabilidade da propriedade privada. Ao mesmo tempo, o funcionamento do mercado e a integridade do capital também devem ser preservadas pelo Estado, embora, isso não signifique a apologia do intervencionismo estatal na economia, que é refutado

pelos apoiadores dessa doutrina. As suas instituições devem, apenas, regular e garantir o pleno funcionamento das atividades econômicas, segundo os economistas liberais (Harvey 2011, 11-12).

O novo liberalismo exprimiu um projeto de classe decorrente dos impactos das duas crises econômicas da década de 1970, conforme anteriormente afirmado. Sua encantadora retórica, que consolidou no imaginário de diversos grupos sociais as virtudes da liberdade individual, do empreendedorismo e do consumismo, mascarou algo central, em nossa opinião. Como afirmaram David Harvey (2012) e Wallerstein (2003), seus preceitos possibilitaram a restauração e a consolidação do poder das classes capitalistas em razão da maior centralização da riqueza decorrente das suas práticas econômicas. Privatizações, livre mercado e austeridade fiscal, por exemplo, possibilitaram a apropriação do excedente pelo grande capital, a destruição da capacidade redistributiva estatal e o aumento das desigualdades sociais.

Na América Latina, a aplicação dessa doutrina econômica foi experienciada em alguns regimes de exceção do Cone Sul, entre as décadas de 1970 e 1980, como a boliviana. No Chile, na ditadura de Augusto Pinochet, entre 1973-1990, tivemos a aplicação mais radical dessa teoria. A sua efetuação foi tutelada por jovens economistas pós-graduados na Universidade de Chicago sob a orientação do ultraliberal Milton Friedman (1912-2006) e que foram conhecidos pelo epíteto de *Chicago Boys*.

Os *Meninos de Chicago* ocuparam postos relevantes na equipe do ditador chileno e alicerçaram a implementação de um ultraliberalismo econômico. Austeridade fiscal; irrestrita abertura econômica; reforma tributária; privatizações; cortes dos gastos sociais; redução do setor público; supressão dos direitos trabalhistas; capitalização previdenciária e ampla liberalização dos fluxos internacionais consistiram em medidas aplicadas em nosso vizinho durante o estado de exceção (Davis 2003, 2)¹⁰.

A recessão econômica da década de 1980, decorrente da explosão das dívidas externas e da alta inflação, criou as condições para a inserção da América Latina na revolução neoliberal. O Plano Brady (1989) – no qual os Estados Unidos negociaram, naquela ocasião, o perdão de parte das dívidas externas dos países periféricos e a reestruturação do seu pagamento com a concessão de novos empréstimos e prazos alargados de quitação – e os ajustes econômicos recomendados

¹⁰ A onda de manifestações iniciadas no Chile, em outubro de 2019, decorreu da reação popular às quatro décadas de ultraliberalismo aplicadas no país. Sobre as recentes mobilizações chilenas, consultar: Corrêa, Bernardo. Chile: *O Paraíso neoliberal em chamas*. Disponível em: https://portaldelaizquierda.com/pt_br/2019/10/chile-o-paraiso-neoliberal-em-chamas/ Acesso: 16 de novembro de 2019 e Vergara, Gabriel Salazar. *El «reventón social» en Chile - Una mirada histórica*. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/protestas-Chile-estudiantes-neoliberalismo/> Acesso: 05 de Março de 2020.

pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) inseriram as sociedades latinas nos novos paradigmas econômicos (Williamson 2016, 584).

O Consenso de Washington norteou a sua aplicação. Ele fundamentou-se nos seguintes eixos:

I – política fiscal: cortes nos gastos correntes (notadamente em salários, gastos públicos e investimentos/subsídios estatais);

II – política monetária: contenção da expansão dos meios de pagamento e do crédito interno, elevação das taxas de juros praticadas pelos Bancos Centrais e controle da inflação;

III – política salarial: controle dos reajustes e achatamento;

IV - política cambial e de comércio exterior: implantação de taxas de câmbio competitivas e abertura do mercado à concorrência estrangeira, por meio da redução de tarifas aduaneiras e dos subsídios aos produtos nacionais;

V - privatizações;

VI - canalização das despesas sociais para os mais pobres a partir da implementação de políticas assistencialistas (Cano 2000, 34; Martins 2011, 318).

As práticas neoliberais não levaram as sociedades latino-americanas para o eldorado do sustentável e contínuo crescimento econômico, da aquisição de empregos formais, da distribuição de renda e do acesso contínuo a bens de consumo, como prometido pelos seus enaltecedores. Ao contrário disso, predominaram o baixo crescimento econômico, o privatismo da produção do excedente, a precarização do trabalho, a concentração de renda, as agressões sistemáticas ao meio ambiente, o aumento da violência urbana e as profundas desigualdades sociais, que fizeram da pobreza e da indignidade as suas marcas centrais em nossa região (Boron, 2004; Martins, 2011).

Nessa parte do hemisfério, a prosperidade material que deveria ser propiciada pelo livre mercado, conforme dito por um dos mais destacados propagandistas dessa doutrina, Francis Fukuyama (1992, 14), não se realizou. Pelo contrário. As contradições socioeconômicas elevaram-se e contribuíram para que a América Latina fosse o epicentro das lutas antineoliberais entre o final da década de 1990 e a primeira década do século XXI.

As ruas, naquele período, consistiram nos espaços para o agir político de ativistas sociais exauridos pela inóxia e pelo descolamento do sistema político da vida real da população. A ocupação dos espaços públicos simbolizou a exteriorização da indignação e da resistência. Observamos, com isso, o protagonismo dos movimentos sociais de “novo tipo”¹¹, dos partidos

¹¹ Não é objeto de discussão desse artigo a teoria dos movimentos sociais. Porém, julgamos ser relevante uma breve definição da perspectiva teórica utilizada sobre as organizações de “novo tipo”. Compreendemos-as como agentes que

políticos de esquerda e de líderes antissistêmicos, como Hugo Chávez. As sociedades latinas, assim, apresentaram múltiplas formas de enfrentamento ao neoliberalismo que devem ser consideradas pela historiografia que aborda essa temática.

Assim, defendemos que a eleição de Hugo Chávez para a presidência venezuelana, em dezembro de 1998, inaugurou um ciclo político na história latino-americana que foi marcado pelo protagonismo dos governos de distintas matizes de esquerda. Batizado de “onda rosa”¹², essa fase perdurou até 2014. A partir de então, emergiram forças políticas conservadoras, fascizantes e golpistas que descontinuaram a fase de predomínio daquelas experiências plurais e heterogêneas de governos de esquerda¹³.

Em nossa avaliação, o caso boliviano foi uma das mais significativas expressões antissistêmicas latino-americanas. Entre 2000 e 2005, o país andino-amazônico experienciou um

realizam ações coletivas em reação à deterioração das condições materiais de vida e por conta do descrédito das instituições políticas que gerem as sociedades. A sua organicidade e a sua atuação pública derivam da conjugação dos aspectos econômicos, sóciopolíticos e culturais. Elas exprimem as suas reivindicações, por exemplo, através de denúncias, mobilizações, atos de desobediência civil e pressões indiretas. No século XXI, elas atuam por meio das redes sociais, como Facebook, Whatsapp, Twitter e Instagram. Essas ferramentas foram disponibilizadas pelos novos meios de comunicação e informação difundidos pelo uso da *internet*. Os movimentos sociais do início do século XXI apresentam algumas características consideráveis, tais como: a articulação das lutas locais com as globais; a defesa da cultura local contra a padronização propiciada pela globalização; a ética na política; a vigilância sobre as atuações estatal e governamental; a cobertura das áreas sociais do cotidiano que são de difícil penetração para entidades civis ou instituições governamentais; o espontaneísmo; a “ação viral” por meio da difusão de imagens; a autonomia em relação aos partidos e governos; e a horizontalidade na organicidade e na ação dos militantes (Castells 2013, 157-166; Gohn 2003, 13-17).

¹² A expressão “onda rosa” refere-se ao momento político da história latino-americana ocorrido no início do século XXI. A partir da eleição de Hugo Chávez, assistimos a uma sucessão de vitórias em diversos escrutínios de lideranças políticas de esquerda. Embora apresentassem perspectivas políticas e programáticas diferenciadas, consistiram em experiências plurais e anti-sistêmicas que marcaram um novo período da nossa história. Em razão disso, presenciamos o predomínio político da esquerda na região. Para um aprofundamento deste debate, ver: Silva (2018).

¹³ A partir de 2012, presenciamos o fortalecimento político dos grupos conservadores, fascizantes e golpistas na região. O robustecimento das direitas regionais fez com que as melancólicas páginas do passado de golpes de Estado fossem reavivadas. No entanto, diferentemente das experiências transcorridas entre as décadas de 1950 e 1970, dessa vez, as Forças Armadas não assumiram o protagonismo com o bombardeio de sedes de governo, como no Chile em setembro de 1973, ou com a ocupação das ruas com tropas. Elas cancelaram os golpes, o que não as torna menos relevantes para os infelizes desfechos. Os sujeitos sociais a liderarem as descontinuidades governamentais foram os poderes legislativo e judiciário, que os avalizaram com o intuito de criar uma auréola de legitimidade. Em comum a esses dois momentos: o apoio de organizações da sociedade civil, da grande mídia e de parcelas da sociedade civil, sobretudo, frações abonadas da classe média. No Paraguai (2012), no Brasil (2016) e na Bolívia (2019) a solução para as crises políticas e para as disputas entre elites tradicionais e os governos de esquerda se deu com a ruptura institucional. Alguns elementos contribuíram para isso, tais como: (i) a crise socioeconômica decorrente do esgotamento da alta dos preços internacionais das *commodities* após 2013; (ii) o desgaste político em virtude das práticas historicamente criticadas pela esquerda em seus governos, como o clientelismo, a corrupção, a conciliação de classes e o patrimonialismo; (iii) a burocratização e cooptação dos movimentos sociais. Essas práticas potencializaram a desmobilização dos sujeitos históricos transformadores e das suas bases eleitorais, sobretudo de classe média, e permitiram que as forças opositoras ganhassem apoiadores e as “batalhas” nas ruas; (iv) a hábil utilização das redes sociais pelos grupos da direita radical, que difundiram *fake news* contra indivíduos ou organizações político-sociais identificadas com a esquerda. Eles utilizaram uma linguagem repleta de símbolos e expressões facilmente apropriados por grupos sociais, que se reconheceram no discurso moralista carregado de insígnias cristãs, autoritárias, racistas, misóginas e anacronicamente anticomunistas, como apontamos anteriormente. Para um aprofundamento desse debate, consultar: Silva (2018) e Teixeira da Silva (2019).

período de acentuado descrédito em relação às instituições democráticas e fortes mobilizações populares. A conjunção desses aspectos possibilitou a eleição do primeiro presidente indígena da sua história e o início da *revolução democrática e cultural*, que a modificou profundamente, principalmente, em termos políticos, sociais e culturais.

A Bolívia entre 2000 e 2005: rebeliões, antineoliberalismo e protagonismo do bloco histórico nacional-popular indígena e camponês

O ano 2000 iniciou uma fase política na história boliviana marcada por levantes populares. O descontentamento com o doutrinarismo neoliberal e com o sistema político derivado da redemocratização de 1982¹⁴ propiciou contínuas insurreições populares, entre abril daquele ano e dezembro de 2005. O governo de Evo Morales, transcorrido entre janeiro de 2006 e novembro de 2019, foi consequência direta desse ciclo rebelde.

A partir de abril do ano 2000, a Bolívia vivenciou uma crise revolucionária. Esta decorreu da conjugação do colapso da representação política – expressa na perda de legitimidade da democracia, das suas instituições e dos tradicionais partidos políticos – com os reflexos da crise socioeconômica alavancada ao final da década de 1990. Esta motivou a repulsa de setores expressivos da sociedade civil em relação às práticas neoliberais. Em razão disso, presumimos que a vitória eleitoral de Evo Morales resultou da crise de hegemonia dos grupos dominantes¹⁵.

A heterogênea frente política por ele liderada, composta pelo *Movimiento Al Socialismo* (MAS)¹⁶, diversas entidades sociais (indígenas, camponesas e operárias), grupos da classe média e intelectuais, como o vice-presidente Álvaro García Linares, aproveitou-se da deslegitimação do sistema político e da crise revolucionária ocorrida entre 2000 e 2005. Os dados aferidos pela

¹⁴ A estabilidade política boliviana decorreu da articulação da “democracia por consenso”. Ela foi estabelecida pelas principais agremiações e prévias articulações políticas com o objetivo de formação de maioria parlamentar no Congresso. Em nome da governabilidade, as diferenças programáticas entre as agremiações foram amainadas. Além disso, presenciamos a divisão de cargos na burocracia estatal para a constituição de uma unidade entre os distintos grupos políticos e a corrupção tornou-se uma prática regular em seguidos governos (Pittari 1996).

¹⁵ A hegemonia de um grupo social vincula-se a sua capacidade de construção da direção política, ideológica e moral de uma sociedade e, também, do seu controle militar sobre ela. A crise de hegemonia deriva da perda da autoridade moral e ideológica das classes dominantes que, ao serem repudiadas a sua concepção de mundo, mantêm a prevalência na sociedade por meio da coerção militar. Nesse contexto, observamos uma crise revolucionária, que decorre da ruptura entre representantes e representados, e a construção de uma nova hegemonia pelos grupos subalternos (Gruppi 1978, 78-80). Como analisaremos posteriormente, o bloco liderado pelos indígenas e camponeses apresentou a solução para os problemas socioeconômicos e políticos bolivianos após o ano 2000, por isso, tornou-se hegemônico politicamente.

¹⁶ A proposta de criação de um partido político que reunisse as entidades camponesas e indígenas, além de setores sociais que mantinham relações políticas com essas organizações, surgiu em 1995, durante o congresso da *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia* (CSUTCB) denominado *Tierra, Territorio e Instrumento Político*. No encontro, os delegados decidiram pela criação da *Asamblea por la Soberanía de los Pueblos* (ASP), posteriormente convertida em *Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos* (IPSP). A ASP elegeu quatro deputados federais em 1997, entre eles Evo Morales. Em 1998, foi criado o IPSP, que posteriormente agregou o MAS ao seu nome. Assim, para fins desse artigo, optamos por utilizar esta sigla (Pinto, Darwin e Navia 2007).

Corporação Latinobarômetro ilustram o cenário de esgarçamento institucional, conforme pode ser observado a seguir.

Apoio	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Democracia	55	60	54	52	50	45	49	62
Autoritarismo	22	12	17	16	22	19	19	18
Indiferente	16	17	17	14	24	19	19	14
Não responderam	6	11	12	17	4	17	13	6

Fig.2: Fundação Latinobarômetro. Informe 2013. *Percentual de apoio à democracia na Bolívia entre 1998 e 2006*¹⁷, p. 5-13. Disponível em: http://www.latinobarometro.org/documentos/LATBD_INFORME_LB_2013.pdf.

Os paradigmas neoliberais predominaram em seguidos governos bolivianos a partir de 1985. Sua implementação iniciou-se no governo de Victor Paz Estenssoro (1985-1989), com a promulgação do Decreto Supremo 21.060¹⁸. A já mencionada crise econômica daquela década levou a esse processo, que foi guiado pelos eixos da estabilização econômica e do ajuste estrutural proposto pelos novos preceitos adotados pelos gestores do capital. Com isso, seguidos governos bolivianos entre 1985 e 2005 tiveram como norteadores os princípios de austeridade fiscal, abertura externa, liberalização comercial e financeira, desregulação do mercado de trabalho, privatizações e extração interna de renda para o pagamento da dívida externa (Simarro e Antolín 2013, 169).

As medidas de severidade fiscal impactaram imediatamente o mercado de trabalho boliviano. Verificou-se uma forte deterioração salarial - que girou em torno de 40% no primeiro mês das medidas do ajuste estrutural -, destruição de postos de trabalho e crescimento da informalidade (Simarro e Antolín 2013, 169-170).

Ao mesmo tempo, a privatização da estatal *Corporación Minera de Bolívia* (Comibol), em 1985, modificou os instrumentos de organização sindical e transformou a zona rural boliviana. Vinte mil mineiros perderam seus empregos no primeiro ano de privatização da antiga estatal e se dispersaram pelo interior, voltando-se para atividades agrícolas (Ostria, 2001).

Dois regiões centralizaram a absorção dos mineiros desempregados: El Alto e o Chapare Cochabambino. Esta foi uma relevante zona de absorção de mão de obra em decorrência da expansão da produção cocaleira durante a década de 1980. Já a cidade de El Alto, vizinha a La Paz, proporcionou, naquele momento, esperança de trabalho formal e/ou informal, pois era próxima da capital (Conzelman 2006; Stefanoni e Alto 2006).

¹⁷ A pergunta realizada pela Fundação Latinobarômetro para o seu relatório de 2013, utilizado para a elaboração da tabela, foi a seguinte: Com qual das seguintes frases você está de acordo? A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo. Fonte: *Informe 2013*. P. 5-13. Disponível em: http://www.latinobarometro.org/documentos/LATBD_INFORME_LB_2013.pdf Acesso: 10 de dezembro de 2013.

¹⁸ *Bolívia: Decreto Supremo N° 21060, 29 de agosto de 1985*. Disponível em: <https://www.lexivox.org/norms/BO-DS-21060.html> Acesso: 20 de fevereiro de 2020.

As demissões dos laboradores da Comibol e as privatizações de empresas públicas impactaram o sindicalismo boliviano. A *Central Obrera Boliviana (COB)* fragilizou-se e perdeu a centralidade tida até aquela década na luta de classes. Ao mesmo tempo, presenciamos o fortalecimento do sindicalismo camponês, em especial, dos cocaleiros. As organizações do Chapare assumiram o protagonismo na nova realidade sindical. Como já afirmamos, a região vivia uma fase de ascensão na produção da erva em virtude da ampliação produtiva e do aumento do consumo interno (Urquidí 2007, 169).

A ascensão do cultivo da coca no Chapare coincidiu com a intensificação da repressão. Em 1988, o governo Estenssoro promulgou a *Ley del Régimen de la Coca y Sustancias Controladas* (Lei 1008)¹⁹. Com a medida, houve um alinhamento à política externa norte-americana, que voltou-se para o combate ao tráfico internacional de entorpecentes.

Baseado em relatórios técnicos da década de 1970, o decreto governamental limitou o plantio de coca a 12.000 hectares, quantidade supostamente suficiente para abastecer o mercado nacional. As áreas excedentes ao estabelecido pela legislação seriam erradicadas por meio de duas ações: desenvolvimento produtivo alternativo e erradicação por meio da utilização da força militar, se necessário. A demanda interna, todavia, voltava-se para uma série de atividades, como a produção de medicamentos, tecidos ou de chá industrializado, além do hábito cotidiano de mascar a folha. Por isso, a resistência à erradicação foi contundente, pois os cocaleiros argumentaram que o consumo interno direcionado a atividades lícitas era maior do que o considerado pelo governo (Conzelman 2006, 62).

Tivemos, ainda, outra pertinente questão. A região de Yungas, composta por altos vales subtropicais em torno de La Paz, consistia em um tradicional sítio produtivo. Por isso, a lavoura autorizada pela lei 1008 ficou praticamente circunscrita àquela localidade. O Chapare²⁰ foi identificada enquanto uma área fortemente voltada para o abastecimento do tráfico de cocaína e centralizou parte considerável da repressão governamental. Esta, como sublinhamos anteriormente, esteve alinhada aos paradigmas de segurança nacional apregoados pelos norte-americanos (Conzelman 2006, 62; Urquidí 2007, 168-170).

Ao mesmo tempo em que as entidades sindicais cocaleiras assumiam o protagonismo da luta social, a nova configuração do mundo do trabalho boliviano, no qual a informalidade

¹⁹ *Reglamento a la Ley 1008 Sobre Régimen de las Coca y Sustancias Controladas DS N° 22099 de 28 de Diciembre de 1988*. Disponível em: <http://www.dgsc.gob.bo/normativa/decretos/DS22099-88.html> Acesso: 20 de fevereiro de 2020.

²⁰ Na década de 1960, foi estabelecida a abertura de fronteiras agrícolas na Bolívia. O Chapare foi um dos centros mais importantes a sofrer os impactos daquela política governamental e se tornou um relevante centro de recepção de camponeses. A região, novata no desenvolvimento da atividade, voltou-se para o cultivo da folha de coca, consolidando-se como um polo produtivo relevante.

predominava²¹ em virtude das privatizações e da não absorção de mão de obra pelas empresas privadas, possibilitou o enfraquecimento da COB. Em razão disso, as organizações indígenas, camponesas e as associações de vizinhos, embriões da *Federación de Juntas Vecinales* (FEJUVE), como a de El Alto, que se fortaleceram enquanto agremiações reivindicativas do atendimento das mais variadas demandas dos núcleos urbanos, assumiram a liderança das mobilizações sociais transcorridas ao longo da década de 1990 (Cabezas 2007, 197-198).

Dentre as várias entidades sociais indígena-camponesas, como a *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolívia* (CSUTCB) e a *Confederación Indígena del Oriente Boliviano* (CIDOB), ressaltamos a *Federación Especial de Trabajadores Campesinos del Trópico Cochabambino* (FETCTC). Surgida em 1986, essa organização unificou distintos sindicatos cocaleiros e, sob a liderança de Evo Morales, conduziu as lutas sócio-políticas bolivianas entre 1986 e 2005. A FETCTC conjugou a resistência às políticas de erradicação da produção de coca; as críticas ao neoliberalismo, assumindo um discurso social que possibilitou a incorporação das necessidades de variados segmentos sociais rurais e urbanos; e a defesa do anti-imperialismo e da autonomia boliviana, consubstanciada na transformação da folha de coca em símbolo da resistência nacional (Urquidí 2007, 171-176).

As gestões de Estenssoro, Jaime Paz Zamora (1989-1993), Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997) e Hugo Banzer (1997-2001) geraram impactos socioeconômicos que auxiliam a compreensão do ciclo insurrecional detonado no ano 2000. Dentre eles, destacamos os seguintes: baixo crescimento econômico, concentrado em setores intensivos do capital e não em mão de obra; ampliação da informalidade no mercado de trabalho; frágeis políticas redistributivas de renda; aumento da pobreza e das desigualdades sociais; e corte nos gastos públicos para pagamento da dívida externa (Simarro e Antolín 2013, 171; Cabezas 2007, 193).

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Pobreza	46	---	---	44 ²²	63,12	63,47	66,38	63,12	63,33
Variación do PIB	4,4	4,7	4,5	4,9	5,4	0,8	2,5	1,7	2,4
Desemprego	3,1	3,6	3,8	4,4	4,1	6,1	7,5	8,5	8,7

Fig.3: Elaboração do autor, Cepal 1999, 64; 2000, 68. e 2005, 66, *Variaciones do PIB, pobreza e desemprego na Bolívia (1994-2002) em percentuais*²³.

²¹ Em 2001, cerca de 62% da PEA boliviana encontrava-se na informalidade. Para um aprofundamento da análise, ver Pacheco 2010.

²² Após consultarmos os anuários estatísticos disponíveis no site da CEPAL, constatamos que os índices de pobreza disponibilizados entre 1994 e 1997 não se referem ao percentual de indivíduos, mas sim às residências. Pesquisamos também essas informações no sítio eletrônico do Instituto Nacional de Estadísticas (INE) da Bolívia e não as encontramos. Por isso, utilizamos as referências habitacionais dos únicos anos aferidos pela CEPAL em nossa tabela.

²³ Os percentuais de índice de pobreza referem-se ao total da população boliviana e de desemprego tem correlação com o total da População Economicamente Ativa (PEA).

Em um país socialmente afetado pelas consequências das políticas neoliberais, a fagulha explosiva para o início do período de rebeliões populares supracitado desenrolou-se entre janeiro e abril de 2000, quando ocorreu a Guerra da Água no convulsionado departamento de Cochabamba. Esse episódio derivou do descontentamento de setores da sociedade civil com a privatização da água para o consórcio Águas de Turani.

A reação cidadã à capitalização motivou a constituição da *Coordinadora de Defensa del Agua y de la Vida*, ente que reuniu um coletivo composto por cocaleiros, operários, professores, estudantes, profissionais liberais, ambientalistas e outros segmentos civis. A insurreição, todavia, não ficou circunscrita àquele departamento, pois nacionalizou-se. Camponeses e indígenas fecharam diversas rodovias pelo país, ao mesmo tempo em que docentes e trabalhadores mineiros de outros departamentos mobilizaram-se por questões salariais e melhores condições laborais. Em La Paz, aproveitando-se das sublevações, sucederam-se motins da polícia por demandas da sua categoria e os camponeses *aymarás* pertencentes à CSUTCB bloquearam os acessos à capital boliviana (Andrade 2007, 174; Vargas e Córdova 2004, 94-95).

Entre a Guerra da Água e a eleição presidencial de junho de 2002, a primeira na qual Evo Morales foi candidato, a Bolívia viveu um forte ativismo político. O descrédito em relação às instituições democráticas, combinado com a insurgência civil a partir da Guerra da Água, ensejaram o desejo de satisfação das demandas sociais e de descoberta de novas lideranças políticas variados grupos da sociedade civil boliviana.

Em razão disso, em distintos departamentos, foram observadas mobilizações organizadas, principalmente, por camponeses, indígenas, professores, mineiros e setores da classe média. As críticas ao neoliberalismo, o imaginário anti-imperialista²⁴ e a postulação da refundação nacional, por meio de uma Assembleia Constituinte, unificaram os heterogêneos segmentos civis e entidades sociais, como CSUTCB, COB e, principalmente, a FETCTC, presidida por Evo Morales (Stefanoni e Alto 2006, 71-72; Vargas e Córdova 2004, 95-96).

Os levantes das classes subalternas nos primeiros anos do século XXI contribuíram para o fortalecimento político do MAS e de Morales. Por isso, ambos lideraram a esquerda boliviana

²⁴ O anti-imperialismo consiste em uma modalidade de resistência política e cultural que é articulada por meio de símbolos, gestos e de um discurso mobilizador. Como destacou Ana Maria Vara (2013), o anti-imperialismo consistiu em um contra discurso articulado nas décadas iniciais do século XX. Vivenciávamos, naquele momento, o primeiro ciclo de insurreições populares e ações coletivas que marcaram a história latino-americana do século XX. Essa forma de reação política e cultural também se destacou em outras fases, como no ciclo de lutas populares entre as décadas de 1960 e 1970. Ao refletir sobre a pertinência do anti-imperialismo no ciclo de governos de esquerda das duas primeiras décadas do século XXI, Luis Wainer (2015) sublinhou que a crise dos paradigmas neoliberais possibilitou a apropriação dessa modalidade das signas anti-imperialistas. Os discursos e as ações feitas pelas lideranças políticas e pelas entidades sociais fundamentaram-se em tradições de embates de classe da nossa história, nas críticas ao neoliberalismo e na defesa da integração latino-americana e caribenha, que encarnou o internacionalismo revolucionário.

durante o auge da conflagração social, entre fevereiro de 2003 e junho de 2005. O segundo lugar conquistado por Evo no escrutínio presidencial de 2002 confirma isso. Naquela ocasião, ele angariou 20,94% dos votos. A partir de então, ele tornou-se um político com expressão nacional e tornou-se a mais destacada figura pública da esquerda boliviana. A inexistência de segundo turno, em razão de um mecanismo constitucional que estabelecia a decisão do pleito pelo parlamento, caso um candidato não obtivesse mais de 50% dos votos, fez com que Gonzalo Sánchez de Lozada, que obteve em torno de 23% dos votos, fosse o indicado à presidência pela entidade. Por outro lado, o MAS engrandeceu-se, pois elegeu oito senadores e 27 deputados, consolidando-se como expressiva força política nacional (Oep, 2002)²⁵.

Entre fevereiro e outubro de 2003, a gestão de Sánchez de Lozada foi alvo de um intenso combate por parte de diversos movimentos sociais e agremiações de esquerda. Duas foram as causas centrais: I - o rechaço à implementação de um pacote de medidas fiscais recomendado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), no qual se destacava a taxa de 12,5% dos salários; e II - o repúdio à privatização do gás natural e sua exportação para os Estados Unidos e México por meio do porto chileno de Arica, que foi perdido pelos bolivianos na Guerra do Pacífico (1879-1883)²⁶. Essa última iniciativa foi elaborada pelo consórcio Pacific LNG, composto pela Repsol YPF, pela British Gas, Enron e outras transnacionais do ramo, e foi amplamente atacada pelos setores mobilizados da sociedade civil (Camargo 2006, 190-191; Gómez 2004, 24-25).

A “síndrome de Potosí”, uma referência aos séculos de exploração da prata do Cerro Rico de Potosí pelo Império Espanhol, e o nacionalismo antichileno, oriundo da perda do acesso ao mar na supracitada guerra, propiciaram a repulsa popular àquela proposta, que tinha o apoio da gestão de Sánchez de Lozada.

Assim, em 20 de setembro de 2003, 500 mil pessoas rebelaram-se contra o projeto de capitalização, iniciando a Guerra do Gás. As principais entidades sociais e sindicais, como a COB, a CSUTCB e a FEJUVE, uniram-se ao MAS com o intuito de conquistar a nacionalização de todas as fontes de hidrocarbonetos e impedir a sua exportação nos moldes almejados pelo governo (Andrade, 2007).

Entre aquele dia e a renúncia de Lozada, em 17 de outubro de 2003, observamos intensos protestos advindos da rejeição à privatização do gás natural. Os acessos a La Paz foram bloqueados e a morte de 60 pessoas, em razão da repressão policial, isolaram o então presidente.

²⁵ *Elecciones Generales 2002*. Disponível em: https://ataselectoral.oep.org.bo/#/sub_proceso/58/1/1/graficos. Acesso: 20 de março de 2020.

²⁶ Um pertinente debate sobre a Guerra do Pacífico foi feito por Hosiasson (2011).

Por isso, ele foi obrigado a declinar do mandato e acabou fugindo para os Estados Unidos (Gomez, 2004).

O vice-presidente Carlos Mesa assumiu o mandato e o MAS consolidou-se enquanto principal força política de oposição ao projeto neoliberal e ao tradicional sistema político boliviano. Na ocasião, o partido articulou um acordo com o novo mandatário em torno do atendimento das reivindicações sociais, que foram sintetizadas na Agenda de Outubro. Ela previu, entre outros, as seguintes diretrizes:

- I - convocação de uma Assembleia Constituinte;
- II - nacionalização dos hidrocarbonetos;
- III - realização de um referendo para que a população decidisse pela venda ou não de gás natural para os Estados Unidos e o México;
- IV- reforma agrária (Suarez, 2010).

Em julho de 2004, o referendo foi realizado, conforme acordado. As cinco perguntas da consulta giraram em torno do apoio dos bolivianos à nacionalização dos hidrocarbonetos, como podemos constatar no seguinte excerto:

1. Está de acordo com a revogação da Lei de Hidrocarbonetos nº 1.689 promulgada por Sánchez de Lozada?
2. Está de acordo com a recuperação da propriedade de todos os hidrocarbonetos pelo Estado Boliviano?
3. Está de acordo com a refundação da Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), recuperando a propriedade estatal das empresas petrolíferas capitalizadas, de maneira que o Estado possa participar em toda a cadeia produtiva dos hidrocarbonetos?
4. Está de acordo com a política do presidente Carlos Mesa em utilizar o gás como um recurso estratégico para a conquista de uma saída útil e soberana ao Oceano Pacífico?
5. Está de acordo com que a Bolívia exporte gás no marco de uma política nacional que cubra o consumo de gás de bolivianos e bolivianas, fomenta a industrialização de gás em território nacional, cobre impostos ou regalías de empresas estrangeiras, chegando ao valor de 50% da produção de gás e de petróleo a favor do país, e destine os recursos da exportação e industrialização de gás, principalmente para a educação, a saúde, estradas e o emprego? (Oep 2004). (Tradução nossa.)²⁷

Nas três primeiras perguntas, mais de 80% dos bolivianos votaram “sim”; já nas duas últimas, o apoio ocorreu com 60% dos votos. Apesar da maior parte dos eleitores reivindicarem o intervencionismo estatal no setor dos hidrocarbonetos, Carlos Mesa não atendeu a essa exigência, pois vinculava-se aos paradigmas neoliberais, dos quais foi um dos principais propagandistas.

Dessa forma, ocorreu, entre maio e junho de 2005, mais uma forte onda de protestos. O cenário político boliviano assemelhou-se ao do segundo semestre de 2003. A nacionalização dos

²⁷ *Referéndum Vinculante Sobre La Política Energética Del País 2004*. Disponível em: https://atlasectoral.oep.org.bo/#/sub_proceso/74/1/1/graficos Acesso: 20 de março de 2020.

hidrocarbonetos e o pleito de uma Assembleia Constituinte tornaram-se bandeiras políticas centrais propagandeadas pelas entidades sociais e pelo MAS. A intensidade das manifestações fez com que Mesa também fosse obrigado a renunciar. As eleições presidenciais foram antecipadas do final de 2006 para dezembro daquele ano e Eduardo Rodrigues, presidente da Suprema Corte, assumiu temporariamente o mais alto cargo executivo (Andrade 2007, 176-177).

O programa eleitoral do MAS para o pleito de dezembro de 2005 concentrou-se nas demandas surgidas durante o ciclo de protestos, a saber: nacionalização dos recursos naturais, realização da reforma agrária, convocação da Assembleia Constituinte, respeito ao cultivo da folha de coca, às tradições indígenas e defesa da soberania nacional (Stefanoni e Alto, 2006).

No escrutínio, Evo Morales obteve 53,7% dos votos (Oep 2005). No decurso da etapa democrática estabelecida em 1982, nenhum candidato conquistou essa votação. Pela via eleitoral, o MAS conseguiu reconfigurar o sistema político boliviano e chegar ao governo.

Ao assumir, simbolicamente, o mandato na Porta do Sol de Tiwanaku, em 21 de janeiro de 2005, véspera da posse oficial, Morales comprometeu-se com a realização de profundas mudanças sociopolíticas, culturais e econômicas na Bolívia. Dentre elas, destacamos as seguintes: a valorização da cultura indígena, a nacionalização dos recursos naturais e de empresas públicas capitalizadas, o intervencionismo estatal na economia, a reforma agrária e a realização da Assembleia Constituinte. Essas medidas consistiram nas principais reivindicações das entidades sociais entre 2000 e 2005 e a implementação delas foi buscada no período de gestão de Morales, embora nem todas tenham contemplado plenamente as exigências sociais.

Ressaltamos, ainda, que o ciclo insurgente analisado não pode ser descolado das suas conexões históricas. Conforme averiguado por Cabezas (2007) e López (2007), as insurreições e as múltiplas formas de resistência dos indígenas e camponeses, entre as décadas de 1980 e 2000, articularam as memórias longa e curta das lutas sociais ocorridas no país. A primeira vincula-se à construção identitária erigida no decurso da reação ao colonialismo espanhol. Já a segunda conecta-se às identidades nacionais e também de classes ensejadas, sobretudo, no século XX. A conjugação das “duas memórias” impulsionou o agir político de sujeitos sociais que se basearam em uma cultura política insurrecional e se reconheceram nas identidades construídas pelas consignas antineoliberal, anti-imperialista, pró-nacionalização dos recursos naturais e pleiteantes de uma Assembleia Constituinte que erigisse uma nova nação (Cabezas 2007, 194-195; López 2007, 292-293).

A posse presidencial em Tiwanaku foi uma maneira figurativa de iniciar a intitulada *revolução democrática e cultural*. Apesar de concordarmos com a definição usada pelo MAS, não acreditamos

que houve alterações das bases econômicas e da estrutura de classes na gestão de Morales. Reivindicamos, sim, a ocorrência de uma revolução política e cultural entre 2006 e 2019, que ocorreu em paralelo à realização do projeto capitalista andino-amazônico²⁸, conforme formulado e defendido pelo vice-presidente e principal ideólogo do projeto masista, Álvaro García Linera (Linera 2010).

Acreditamos que o governo do primeiro mandatário indígena da história boliviana alinhou-se à cultura política nacional-estatista presente em distintas experiências históricas latino-americanas²⁹. Neste sentido, possuiu uma vinculação econômica mais próxima dos paradigmas da revolução nacionalista de 1952³⁰ do que do socialismo do século XXI, proposto por Hugo Chávez em 2005 e reivindicado em várias ocasiões por Morales³¹.

Apesar disso, inegavelmente, os quase 14 anos de gestão de Morales alteraram substancialmente a Bolívia. E, justamente por isso, despertou o ódio nos segmentos mais abastados da sociedade civil. A plurinacionalidade estatal avalizada pela Constituição de 2009; o desenvolvimento de políticas públicas destinadas à distribuição de renda e o combate sistemático à pobreza³²; a ocupação de instituições democráticas por indígenas e camponeses, historicamente excluídos dos espaços de poder; e a divulgação das consignas da cosmovisão indígena, que

²⁸ Como afirmou Stefanoni (2010, 21-22), García Linera, mentor intelectual da revolução, defendeu, em razão das discussões sobre socialismo do século XXI promovidas por Hugo Chávez, que um projeto pós-neoliberal na Bolívia teria que se limitar à consolidação do capitalismo andino-amazônico. Neste sentido, as formas modernas capitalistas deveriam ser articuladas com as economias comunitárias e com os microempresários. Estes deveriam contar com a proteção estatal em virtude do objetivo de promoção da “modernização pluralista” da economia boliviana.

²⁹ Para um aprofundamento desse debate, ver: Ansaldo e Giordano (2006), Araújo (2019), Reis Filho (2014) e Williamson (2016).

³⁰ Acreditamos que esse evento foi um dos principais da história latino-americana na segunda metade do século XX. Em abril de 1952, os sindicatos operários das minas e das zonas urbanas iniciaram a revolução em aliança com os setores médios urbanos, indígenas e camponeses. A plataforma política dos grupos revolucionários fundamentou-se na defesa da democracia e da soberania nacional, sintetizadas na proposta de nacionalização da mineração. A arena política era disputada, centralmente, por dois partidos: o *Partido Obrero Revolucionario* (POR) e o *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (MNR). Este advogava por medidas reformistas nacionalistas, nos marcos do capitalismo, e aquele possuía orientações socialistas. O êxito operário em abril derivou na formação da *Central Obrera Boliviana* (COB) pelos diversos sindicatos existentes no país. As consignas da revolução começaram a ser efetivadas no primeiro governo de Victor Paz Estenssoro (1952-1956). Reivindicações operárias e camponesas, como a nacionalização das minas e a realização da reforma agrária, foram atendidas por esse governo e pelo seu sucessor, Hernán Siles Zuazo (1956-1960), contribuindo para a relevância dessa revolução para a história latino-americana (Andrade 2007).

³¹ Araújo (2013), Bruce (2020), Walmrath e Moraes (2019) e Scheidt (2019).

³² Quando Evo Morales assumiu a presidência, aproximadamente 60% da população encontrava-se na situação de pobreza. Em 2019, de acordo com o último Panorama Social da CEPAL, esse índice girava em torno de 33,2% (CEPAL 2019, P. 100). A distribuição de renda para as parcelas mais pobres da população foi impulsionada pela criação de diversos programas sociais, tais como: Renta Dignidad, Renta Solidaria, Bono Juana Azurduy, Bono Juancito Pinto, Complemento Nutricional “Carmelo” y Subsídio Universal Prenatal “Por la Vida”. Somados, eles atenderam em torno de 4,8 milhões de pessoas (de um total de 11,3 milhões), em 2018. Dois destes programas destacaram-se: o Bono Juancito Pinto, que beneficiou naquele ano em torno de 2,2 milhões de crianças e a Renta Dignidad, que contemplou aproximadamente 1,1 milhão de idosos. Ver: *Informe Nacional Bolívia - Vigésimoquinto aniversario de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer y la aprobación de la Declaración y Plataforma de Acción de Beijing (1995)*. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/informe_beijing25_bolivia_final.pdf Acesso: 03 de março de 2019. P. 19.

propunham novas relações sociais e um trato radicalmente distinto com o meio ambiente, como o *suma qamaña*, *sumak kawsay* ou *ñande reko*, bem-viver nas línguas aymará, quéchua e guaranis (Albó 2011, 137-141), se mostraram inadmissíveis para a elite boliviana.

Ela herdou do passado colonial traços culturais e identitários que moldaram o seu agir político, a sua relação com os grupos sociais subalternos e com as instituições estatais durante os quase dois séculos de independência. Patrimonialismo, poder de mando, relações sociais hierárquicas, discriminação racial, preconceito de gênero, machismo e violência na relação com os considerados socialmente inferiores consistiram em alguns desses aspectos, que se perpetuaram na república boliviana, assim como nas nações hispano-americanas e no Brasil, após as emancipações. No objeto desse nosso estudo, até a década de 1950, por exemplo, a exclusão dos indígenas esteve institucionalizada, pois eles não tinham estatuto de cidadão, algo que foi reconhecido somente após a revolução de 1952 (Cabezas 2007, 191-192).

Embora possamos tecer críticas à gestão de Morales, que não foram aprofundadas nesse artigo, mas que faremos em trabalhos posteriores que já estão em andamento, não negamos o simbolismo do seu governo. Julgamos que ocorreram na nação andino-amazônica contundentes mudanças políticas e culturais, além de inegáveis avanços sociais. Seu governo foi expressão política do repúdio ao neoliberalismo e de um ciclo de intensas lutas sociais, que foi iniciado na Guerra da Água, em 2000. Não havia como não ser transformador, apesar das contradições decorrentes das estruturas econômicas e sociais ligadas ao capitalismo periférico latino-americano.

Considerações Finais

Em razão dos acontecimentos ocorridos no último trimestre de 2019, que ampliaram a demanda acerca do conhecimento histórico de nosso vizinho, julgamos a importância de examinarmos a história do tempo presente boliviana para compreendermos as causas que viabilizaram a eleição de Evo Morales em 2005 e a intitulada *revolução democrática e cultural*.

Por isso, optamos pela apreciação da teoria neoliberal, pela verificação dos seus efeitos na América Latina e na Bolívia e pelo estudo do ciclo rebelde entre 2000 e 2005 que levou o primeiro indígena para o mais alto cargo do executivo do politicamente pujante país andino-amazônico.

Consideramos, a partir de uma análise preliminar, que os tradicionais partidos políticos, empresários e setores da sociedade civil, sobretudo as frações mais abastadas da classe média, que historicamente se opuseram a pluracionalidade do estado boliviano implementada em 2009 e ao governo Morales, foram os protagonistas e articuladores da instabilidade política após o 20 de outubro que desencadeou a ruptura institucional.

O incêndio da *Whipala* pelos opositores a Morales materializou o radical descontentamento desses grupos com a sua gestão e com as bases sociais indígenas-camponesas que compõem o seu campo político. A bandeira, símbolo dos povos indígenas bolivianos, foi incorporada como emblema nacional pela plurinacional constituição de 2009. Ao abrasá-las nas ruas naqueles tortuosos dias, radicais grupos golpistas expressaram não apenas o histórico racismo contra os autóctones, mas também, um odioso revanchismo contra o MAS e uma intolerante visão cristã de mundo. A forçada renúncia de Morales e as imagens dos confrontos transcorridas naqueles dias ampliaram o interesse midiático, da sociedade brasileira e da academia pela história do tempo presente boliviana.

Referências bibliográficas

- Albo, Xavier. “*Suma qamaña = convivir bien. Como medirlo?*”. Em *Vivir bien: Paradigma no capitalista?*, Farah, H. Ivonne, e Luciano Vaspollo. Madrid/Roma: Universidad Mayor de San Andrés (CIDES-UMSA) y Departamento de Economía de la Universidad de Roma La Sapienza, 2011.
- Ansaldi, Waldo, e Veronica Giordano. *História de América Latina*. Madrid: Editora Dastin, 2006.
- América Latina y el Caribe ante la pandemia del Covid. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45337-america-latina-caribe-la-pandemia-covid-19-efectos-economicos-sociales> Acesso: 09 de abril de 2020.
- Andrade, Everaldo de Oliveira. *A Revolução Boliviana*. São Paulo: Unesp, 2007.
- Añez chama Evo de 'covarde' e diz que 'Bíblia volta ao palácio' na Bolívia. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/11/13/anez-chama-evo-de-covarde-e-diz-que-biblia-volta-ao-palacio-na-bolivia.htm?cmpid=copiaecola> Acesso: 13 de novembro de 2019.
- Araujo, Rafael Pinheiro. “A História do Tempo Presente na América Latina e no Brasil: recortes cronológicos e possíveis periodizações”. Em *Tempo Presente: uma história em debate*, Elíbio, Antonio, Karl Schurster, e Rafael Pinheiro, 19-40. Rio de Janeiro/Recife: Autografia/Editora EDUPE, 2019.
- Bauman, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- Bolívia: Decreto Supremo N° 21060, 29 de agosto de 1985. Disponível em: <https://www.lexivox.org/norms/BO-DS-21060.html> Acesso: 20 de fevereiro de 2020.
- Boron, Atilio A. *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2004.
- Bruce, Mariana. Ñaupax Manpuni [Olhar o Passando Mirando o Futuro]: O Protagonismo Indígena nas Lutas Populares da Bolívia (da Comunidade ao Estado). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, 20, n. 28 (2020): 364-401. <https://doi.org/10.46752/anphlac.28.2020.3851>
- Cabezas, Marta. “Caracterización del “ciclo rebelde” 2000-2005”. Em *Bolívia en Movimiento - Acción colectiva y poder político*, López, Jesús Espasandín, e Pablo Iglesias Turrión. Madri: El Viejo Topo, 2007.
- Camargo, Alfredo José Cavalcanti Jordão. *Bolívia – A criação de um novo país*. Brasília: FUNAG, 2006.
-

- Cano, Wilson. *Soberania e Política Econômica na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- Castells, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- Chaves, Daniel. *Autonomias: Bolívia no Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.
- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. *Anuario Estadístico de América Latina y El Caribe (1999)*. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/913-anuario-estadistico-america-latina-caribe-1999-statistical-yearbook-latin-america>. Acesso: 20 de março de 2020.
- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. *Anuario Estadístico de América Latina y El Caribe (2000)*. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/914-anuario-estadistico-america-latina-caribe-2000-statistical-yearbook-latin-america>. Acesso: 20 de março de 2020.
- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. *Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe. 2019*. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45000-balancepreliminar-economias-america-latina-caribe-2019>. Acesso: 10 mar. 2020.
- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. *Panorama Social de América Latina (2019)*. P. 97. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/45090-panorama-social-america-latina-2019-resumo-executivo>. Acesso: 15 de março de 2020.
- Correa, Bernardo. Chile: O Paraíso neoliberal em chamas. Disponível em: https://portaldelaizquierda.com/pt_br/2019/10/chile-o-paraiso-neoliberal-em-chamas/. Acesso: 16 de novembro de 2019.
- Conzelman, Caroline S. “El movimiento cocalero en los Yungas de Bolívia: diferenciación ideológica, económica y política”. Em *Conflictos políticos y movimientos sociales en Bolívia*, Robins, Nicholas A. La Paz: Plural Editores, 2006.
- Davis, Ricardo French. Chile, entre el Neoliberalismo y el crecimiento con equidad. *Revista Nueva Sociedad (Nuso)*, nº 183 (2003): 70-90.
- Elecciones Generales 2002*. Disponível em: https://atlas electoral.oep.org.bo/#/sub_proceso/58/1/1/graficos. Acesso: 20 de março de 2020.
- Elecciones 2020: el MAS le saca un 15% de ventaja a Carlos Mesa*. Disponível em: https://eldeber.com.bo/169559_encuesta-elecciones-2020-el-mas-le-saca-un-15-de-ventaja-a-carlos-mesa. Acesso: 10 de maio de 2020.
- Fukuyama, Francis. *O fim da História e o último homem*. São Paulo: Rocco, 1992.
- Gohn, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- Gruppi, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- Harvey, David. *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2012. 1ª reimpressão.
- Harvey, David. *O neoliberalismo - história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2011. 2ª Edição.
- Harvey, David. *O novo imperialismo*. São Paulo, Edições Loyola, 2004.
- Hobsbawm, Eric. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- Hosiasson, Laura Janina. *Nação e Imaginação na Guerra do Pacífico*. São Paulo: Edusp, 2011.
- Figueiredo, Janaína. “Informais vivem drama na América Latina”. *O Globo*, 09/04/2020. p. 11.
-

Informe Corporación LatinoBarómetro, 2018. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>. Acesso: 10 de dezembro de 2018.

Informe Corporación LatinoBarómetro, 2013, 5-13. Disponível em: http://www.latinobarometro.org/documentos/LATBD_INFORME_LB_2013.pdf. Acesso: 10 de dezembro de 2013.

Informe Nacional Bolívia - Vigésimoquinto aniversario de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer y la aprobación de la Declaración y Plataforma de Acción de Beijing (1995). Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/informe_beijing25_bolivia_final.pdf. Acesso: 03 de março de 2019.

Línera, Álvaro García. *A potência plebeia: Ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia*. São Paulo: Boitempo, 2010.

López, Jesús Espasandín. “El laberinto de la subalternidad. Colonialidad del poder, estructuras de exclusión y movimientos indígenas en Bolívia”. Em *Bolívia en Movimiento - Acción colectiva y poder político*, López, Jesús Espasandín, e Pablo Iglesias Turrión. Madri: El Viejo Topo, 2007.

Martins, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

O que está por trás do sucesso econômico da Bolívia na era Evo Morales? Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50088340> acesso: 12 de novembro de 2019.

Observatorio de la OIT: El Covid-19 y el mundo del trabajo. Tercera Edición. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/briefingnote/wcms_743154.pdf. Acesso 07 de maio de 2020

Ostria, Gustavo Rodríguez. *Los Mineros de Bolívia en una perspectiva histórica*. Disponível em: <http://convergencia.uaemex.mx/rev24/Rodriguez.pdf>. Acesso 15. Jul. 2007.

Pacheco, José Luis Evia Napoleón. *Una perspectiva económica sobre la informalidad en Bolívia*. La Paz: Fundación Milenio, 2010.

Pinto, Darwin e Roberto Navia. *...Um tal Evo*. Santa Cruz de la Sierra: Editorial El País, 2007.

Pittari, Salvador Romero. “Bolívia: Democracia, ajuste econômico e nueva orden internacional”. Em *Democracia y reestructuración económica en América Latina*, Gaitan, Pilar, Ricardo Peñaranda, e Eduardo Pizarro. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1996.

Quem é Luis Fernando Camacho, o 'Bolsonaro boliviano' que despontou em meio à renúncia de Evo. Disponível em: [bbc.com/portuguese/internacional-50354666](https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50354666) Acesso: 15 de novembro de 2019.

Referéndum Vinculante Sobre La Política Energética Del País 2004. Disponível em: https://atlas electoral.oep.org.bo/#/sub_proceso/74/1/1/graficos. Acesso: 20 de março de 2020.

Reglamento a la Ley 1008 Sobre Régimen de las Coca y Sustancias Controladas DS N° 22099 de 28 de Diciembre de 1988. Disponível em: <http://www.dgsc.gob.bo/normativa/decretos/DS22099-88.html>. Acesso: 20 de fevereiro de 2020.

Reis Filho, Daniel Aarão. “A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista”. Em *A ditadura que mudou o Brasil*, Reis Filho, Daniel Aarão, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Scheidt, Eduardo. “Da Democracia Participativa e Protagônica ao Estado Comunal: as transformações do Estado na Venezuela durante o governo Chávez (1999-2012)”. Em *Projetos de Estado na América Latina Contemporânea: de 1960 até os dias atuais*, Scheidt, Eduardo e Tatyana de Amaral Maia, 65-100. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019.

Silva, Fabrício Pereira da. “O Fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina”. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 4, n. 2 (2018): 165-170.

Simarro, Ricardo Molero e Antolín, María José Paz. “Entre la recuperación de la soberanía y la reproducción de los modelos productivo y distributivo. Las políticas del MAS en Bolívia, 2006-2011”. Em *¿Alternativas al neoliberalismo en América Latina?*, García, Luís Buendía e outros. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2013.

Stefanoni, Pablo e Alto, Hervé do. *Evo Morales de la Coca al Palacio*. La Paz: Editora Malatesta, 1ª Edição, 2006.

Stefanoni, Pablo. “Prefácio”. Em *A potência plebeia - Ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia*, Linera, Álvaro García. São Paulo: Boitempo, 2010.

Teixeira da Silva, Francisco Carlos. “Corpo e Negacionismo: a Novilingua do Fascismo na Nova República, Brasil 2013/2019”. *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, 25, n. 2 (2019): 307-332, Jul/Dez, 2019. <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2019.v25.28162>

Urquidí, Vivian. *Movimento Cocaleiro da Bolívia*. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

Vara, Ana María. *Sangre que se nos va. Naturaleza, literatura y protesta social en América Latina*. Sevilla: CSIC, 2013.

Vargas, H e Córdova, E. *Bolívia: um país de re-configuraciones por una cultura de pactos políticos y de conflictos*. IN: Seoane, José. *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2004.

Vergara, Gabriel Salazar. *El «reventón social» en Chile - Una mirada histórica*. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/protestas-Chile-estudiantes-neoliberalismo/>. Acesso: 05 de Março de 2020.

Wainer, Luis. “Posneoliberalismo y antiimperialismo en la primera etapa de proceso chavista”. Em *El imaginario antiimperialista en América Latina*, Kozel, Andrés, Florencia Grossi y Delfina Moroni. Buenos Aires: Ediciones del Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini/CLACSO, 2015.

Walmrath, Lucas Lemos e Moraes, Wallace de. “O Chavismo implantou o socialismo na Venezuela? um estudo de caso sobre como conceituar economias contemporâneas”. *Revista Cadernos do Tempo Presente*. 10, n. 02 (2019): 72-93. Jul - Dez 2019. <https://doi.org/10.33662/ctp.v10i02.13105>

Wallerstein, Immanuel. “Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo”. Em *Uma nova fase do capitalismo?*, Chesnais, François, Gérard Duménil, Dominique Lévy, e Immanuel Wallerstein. Xamã, 2003.

Wasserman, Cláudia. “Outubro rebelde: eleições e protestos na América Latina”. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, 20, n. 28 (2020): 402-419. Jan./Jul., 2020. <https://doi.org/10.46752/anphlac.28.2020.3862>

Williamson, Edwin. *História da América Latina*. Lisboa: Edições 70, 2016. 2ª Edição.

Recebido: 22 de janeiro de 2021
Aprovado: 29 de abril de 2021